



## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL) DE 20/10/2020

### ORDEM DO DIA

**CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP)** - Necessidade de votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores e famílias vulneráveis diante da epidemia de coronavírus.

**HILDO ROCHA (MDB - MA)** - Inauguração de posto da Polícia Rodoviária Federal no Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão. Inexistência de recursos para continuidade do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da epidemia de coronavírus.

**WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE)** - Obstrução das votações pelos partidos oposicionistas. Pedido à Presidência de encerramento da Ordem do Dia.

**GENERAL GIRÃO (PSL - RN)** - Protesto contra a obstrução das votações pelos partidos oposicionistas. Natureza vexaminosa e imoral da ocultação, por Senador da República, de dinheiro vivo em seus trajes íntimos. Indignação do orador com a utilização da imunidade parlamentar para a prática de crimes nas esferas penal e civil.

**PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC)** - Decisão dos partidos oposicionistas de obstrução das votações na Casa até a inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Protesto contra a redução das dotações orçamentárias do Sistema Único de Saúde - SUS. Exigência de taxação de grandes fortunas e de revisão da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre o congelamento, por 20 anos, dos investimentos governamentais na área social.

**TADEU FILIPPELLI (MDB - DF)** - Pedido à Presidência de votação do Requerimento de Urgência nº 2.381, de 2019, para apreciação do Projeto de Lei nº 2.944, de 2019, (nº anterior 6.124, de 2016) sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos, no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios Federais.



**ANDRÉ JANONES (AVANTE - MG)** - Obstrução das votações na Casa em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, com vista à retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19.

**CARLOS ZARATTINI (PT - SP)** - Obstrução das votações na Casa, pelo PT e pelos demais partidos oposicionistas, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, com vista à retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Fator determinante do impedimento pelo Prefeito Municipal de São Paulo, Bruno Covas, da votação de projeto de lei sobre a concessão de auxílio pecuniário emergencial a trabalhadores e famílias em situação vulnerável, diante da epidemia de coronavírus. Necessidade da implantação de programa de geração de emprego e renda em São Paulo e no País. Repúdio à política econômica adotada pelo Governo Federal.

**SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP)** - Obstrução das votações na Casa, pelo PSOL, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Repúdio à política neoliberal adotada pelo Governo Federal. Ocorrência de escândalo de corrupção no âmbito do Governo Jair Bolsonaro revelado na ocultação, pelo Senador Chico Rodrigues, de dinheiro vivo em seus trajes íntimos. Envolvimento de familiares do Presidente da República em esquema de pagamento salarial a funcionários fantasmas, as chamadas rachadinhas. Descaso do Chefe da Nação com os efeitos da crise sanitária provocada pela Covid-19.

**JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ)** - Obstrução das votações na Casa, pela Oposição, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Questionamento sobre as razões da obstrução da pauta pelos partidos situacionistas. Necessidade de debate e votação da Orçamento Geral da União de 2021. Defesa de taxação das grandes fortunas e de flexibilização do teto de gastos. Envolvimento da família Bolsonaro



com corrupção e milícias. Tramitação de processos judiciais contra Ministros do Governo Jair Bolsonaro. Posicionamento da oradora contrário à reeleição do Presidente do Estados Unidos da América, Donald Trump. Expectativa de intensificação da luta contra a violência de gênero, a devastação ambiental e os crimes praticados contra negros e indígenas.

**ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP)** - Apelo aos partidos políticos de apoio ao requerimento de apreciação, em regime de urgência, do projeto de resolução sobre a retomada da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, relativa à alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça ( prisão de condenados em segunda instância).

**ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ)** - Obstrução das votações na Casa, pela Oposição, em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Fator determinante da omissão do Presidente Jair Bolsonaro sobre a reforma tributária. Contrariedade à aprovação da proposta de reforma administrativa encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo. Visão retrógrada do Governo Jair Bolsonaro com relação ao meio ambiente. Defesa da realização de reforma tributária com ênfase na taxação de grandes fortunas.

**MARCELO RAMOS (PL - AM)** - Necessidade de retomada do crescimento econômico brasileiro. Defesa de utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA; do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, para a geração de emprego e renda e combate as desigualdades regionais. Elevado potencial de investimentos da carteira de crédito do Ministério do Desenvolvimento Regional. Necessidade de modernização dos mecanismos de administração e execução dos fundos de investimentos. Relevância das concessões e das parcerias público-privadas. Apelo ao Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, de encaminhamento à Casa de proposta de utilização de recursos dos fundos de



desenvolvimento regional. Agradecimento ao Presidente da República pela edição de decreto sobre a renovação do crédito presumido da produção de concentrados de refrigerantes na Zona Franca de Manaus.

**JOENIA WAPICHANA (REDE - RR)** - Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Alcance do patamar de 154 mil mortes e 5 milhões de contaminados pelo coronavírus no País. Elevado número de indígenas atingidos pela doença. Falecimento do líder do povo sateré-mawé, Amado Menezes, em decorrência da Covid-19. Protesto contra a não inclusão de indígenas e profissionais da saúde na medida provisória sobre a criação de barreira sanitária destinada à proteção de aldeias contra o coronavírus. Apresentação, pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, de emendas para melhoria da referida medida provisória e atendimento ao disposto na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 709, de 2020, sobre a adoção de medidas governamentais de proteção e promoção da saúde das populações indígenas. Não implementação da Lei Federal nº 14.021, de 2020, acerca da adoção de medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; da criação do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; da adoção de medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para enfrentamento da Covid-19; e da alteração da Lei nº 8.080, de 1990, com vista à garantia do aporte de recursos adicionais em situações emergenciais e de calamidade pública. Expectativa quanto à decisão do Supremo Tribunal Federal sobre ação envolvendo o povo indígena xokleng, do Estado de Santa Catarina. Devastação da biodiversidade brasileira. Protesto contra a retirada, pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares, do nome da ex-Senadora Marina Silva da lista de personalidades negras brasileiras. Indignação com o desvio de recursos públicos destinados ao combate à Covid-19. Defesa de punição de envolvidos em atos de corrupção. Imediata inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, relativa à instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020.



**GLAUSTIN DA FOKUS (PSC - GO)** - Apoio à gestão do Presidente Jair Bolsonaro. Apresentação de emenda à Medida Provisória nº 987, de 2020, sobre a alteração das Leis de nºs 9.440, de 1997; 9.826, de 1999; e 7.827, de 1989, com vista à prorrogação de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. Agradecimento aos Parlamentares pela aprovação da propositura. Convicção quanto à sanção da referida medida provisória pelo Presidente da República. Gestão exitosa do Governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado. Visita do Ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, ao Estado.

**DELEGADO PABLO (PSL - AM)** - Vinculação entre a geração de novos empregos e a preservação ambiental no Estado do Amazonas. Edição, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de decreto sobre a prorrogação de benefícios concedidos à indústria de refrigerantes na Zona Franca de Manaus. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à alteração de disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

**REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR)** - Repúdio e indignação com o incêndio de igrejas católicas durante manifestação esquerdistas, em Santiago, Chile.

**ALEXANDRE PADILHA (PT - SP)** - Agradecimento à Presidência e aos demais membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, pelo apoio ao posicionamento do orador diante do conjunto de medidas do Governo Jair Bolsonaro com relação à saúde mental. Indignação com a abertura de processo ético contra o Parlamentar pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.

**MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS)** - Defesa de retomada da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça ( prisão de condenados em segunda instância). Defesa de extinção do foro privilegiado. Importância da restrição do acesso aos recursos públicos para combate à corrupção. Natureza vexaminosa da ocultação, por Senador da República, de dinheiro vivo em seus trajes íntimos. Não votação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 1.485, de 2020, de autoria da Deputada Adriana Ventura, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), e das Leis de nºs 8.666, de 1993, e 12.850, de 2013, com vista ao combate ao desvio de recursos destinados ao



---

enfrentamento de estado de calamidade pública. Indignação do orador com a assunção do cargo de Senador da República pelo filho do Titular afastado por prática de corrupção. Necessidade de realização da reforma política. Posicionamento do orador contrário à assunção, pelo Desembargador Kassio Nunes Marques, do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

## ENCERRAMENTO